

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009-01/2021

O **MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL**, pessoa jurídica de Direito Público com sede na Rua São Gabriel, 72, inscrita no CNPJ sob o nº. 87.297.990/0001-50, nesse ato representado pelo Prefeito, Sr. **JOÃO H. DULLIUS** torna público que, no dia **18 de outubro de 2021 às 09h30**, na sede da Prefeitura Municipal, estará realizando licitação na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL” do tipo **menor preço**, sob a coordenação do Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela portaria 0282-01/2021 e 0429-01/2021, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PODA, COLETA, TRITURAÇÃO E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS FLORESTAIS, ORIUNDOS DA PODA EM ÁREAS PÚBLICAS E TAMBÉM AQUELES DEPOSITADOS PELOS MUNICÍPIOS EM VIAS PÚBLICAS**, regido pela Lei nº 10.520/02 e alterações, Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei nº 123/06 e alterações, Decretos Municipais nº 593-01/2009, bem como as condições estabelecidas no presente Edital.

CAPITULO I - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Edital a **Contratação de Empresa para Serviços de Poda, Coleta, Trituração e Transporte dos Resíduos Florestais, oriundos da poda em áreas públicas e também aqueles depositados pelos municípios em vias públicas**, conforme Termo de Referência do **Anexo I** deste Edital e demais considerações e exigências abaixo:

1.2. A licitante vencedora ficará obrigada a iniciar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias após a emissão da ordem de serviço;

1.3. A presente licitação se faz necessária pelo caráter notório da existência de árvores de médio e grande porte, sendo que o Município tem como obrigação fornecer manutenção de podas e cortes de árvores, além do que, são insuficientes os equipamentos e recursos humanos a disposição para atendimento da demanda.

1.4. A(s) empresa(s) que forem participar do certame, deverão realizar visita técnica mediante agendamento junto ao Setor de Licitações pelos fones: (51) 3764-1144 ou (51) 99527-0027 com Aline Moreno ou Fabiane, **até o 3º (terceiro) dia útil** anterior ao certame, através do responsável técnico da empresa.

1.5. As despesas com transporte, equipamentos e mão de obra correrão por conta da licitante vencedora;

1.6. A licitante deverá apresentar preço total, em reais, para o objeto deste Edital, considerando inclusos todos os impostos e encargos sociais decorrentes da prestação dos serviços, sendo que os preços deverão ser apresentados com apenas duas casas após a vírgula.

1.7. O acompanhamento e fiscalização dos serviços ficarão a cargo do funcionário **Sr. Paulo Antônio do Nascimento**.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar deste certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições de credenciamento constante deste edital e seus anexos.

2.2 - É vedada a participação de empresa:

2.2.1 - Em processo de falência ou de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.2.2 - Empresas que estejam constituídas em consórcios;

2.2.3 - Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 87, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93;

2.2.4 - Que esteja suspensa de licitar junto ao Município;

2.2.5 - Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;

2.2.6 - Incorrer em outros impedimentos previstos em Lei.

2.3 – Da participação de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

2.3.1 – Nos termos dos Artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, as Empresas Beneficiadas, deverão apresentar toda a documentação exigida na Habilitação, mesmo que, esta apresente alguma restrição, com relação à Regularidade Fiscal;

2.3.2 – Havendo alguma restrição com documentos de regularidade fiscal previstos no item **9.2.** a **9.3.** deste Edital, será assegurado às ME's e EPP's, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial, corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual prazo, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa;

2.3.3 – A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração, convocar a licitante remanescente na ordem de classificação, para contratação ou, revogar a licitação.

3. ENTREGA DE DOCUMENTOS FORA DOS ENVELOPES:

3.1. Obrigatoriamente

3.1.1. Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação, assinada pelo Representante Legal, comprovando poderes para a representação (**Anexo V**);

3.1.1.1. Caso a empresa não tiver em mãos o documento, poderá no momento do credenciamento, até mesmo a próprio punho, redigir o mesmo, desde que o representante estiver credenciado, bem como poderá o Pregoeiro contornar a questão devolvendo os envelopes lacrados ao licitante para que o mesmo retire de dentro os respectivos documentos, procedendo a novo lacramento;

3.1.2. Facultativamente

3.1.2.1. Documento de credenciamento conforme disposto no **item 5**;

3.1.2.1.1. Caso os documentos de credenciamento estiverem dentro dos envelopes e o representante estiver presente à sessão, poderá o Pregoeiro contornar a questão devolvendo os envelopes lacrados ao licitante para que o mesmo retire de dentro os respectivos documentos, procedendo a novo lacramento;

3.1.2.2. Declaração referente ao enquadramento previsto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme disposto no **item 6**.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. Para participação deste certame, a licitante deverá apresentar a sua proposta de preços e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, além da razão social e endereço completo atualizado:

AO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL
SETOR DE LICITAÇÕES – PREGOEIRO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009-01/2021
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA LICITANTE)

AO MUNICÍPIO CRUZEIRO DO SUL
SETOR DE LICITAÇÕES – PREGOEIRO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009-01/2021
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA LICITANTE)

5. DO CREDENCIAMENTO (ANEXO IV)

5.1. O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

5.2. Os documentos referentes ao credenciamento serão apresentados **fora dos envelopes** “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO” no início da sessão.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

5.3. Caso a empresa não apresente os documentos para o credenciamento solicitados na forma descrita no item 5.2, este se dará a partir do momento em que for constatada a presença dos referidos documentos dentro dos envelopes “PROPOSTA” e/ou “DOCUMENTAÇÃO”.

5.4. Caso o credenciamento ocorra nos termos do item 5.3, este não produzirá efeitos sobre atos praticados em etapas já ultrapassadas.

5.5. O representante credenciado poderá representar empresas distintas, desde que não participem do mesmo item, ou seja, não sejam concorrentes, sob pena de desclassificação do referido item de ambas as empresas.

5.6. Na hipótese de interrupção e conseqüente reabertura das sessões de recepção e/ou julgamento da habilitação e da proposta, os licitantes poderão se fazer representar pelos mesmos mandatários designados para a sessão inicial. Havendo designação de novos representantes, estes deverão atender às exigências do **item 3** deste Edital;

5.7. É facultada ao licitante a apresentação do credenciamento previsto no **item 5** deste Edital. No entanto, aquele que não o apresentar estará impedido de se manifestar durante o procedimento licitatório;

5.8. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame:

b) se representante, deverá apresentar **um** dos seguintes documentos:

b.1) termo de credenciamento outorgados pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. (ANEXO IV)

b.2) instrumento particular de procuração, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance (s) em licitação pública. Em ambos os casos (**b.1** ou **b.2**), deverão ser acompanhados do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.

b.3) instrumento público de procuração, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance (s) em licitação pública.

c) se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.

5.8.1. É obrigatória a apresentação de documento de identidade.

5.9. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

5.10. Os documentos relativos ao credenciamento, com exceção do documento de identidade, ficarão retidos pela Comissão Permanente de Licitação e farão parte do processo licitatório.

5.11. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser apresentados ou em original, ou através de publicação em órgão da imprensa oficial ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor do Município. O processo de autenticação por servidor municipal poderá ser solicitado até às 16h do último dia útil anterior à data da licitação.

5.12. Cada credenciado poderá representar empresas distintas desde que não participem do mesmo item, ou seja, não sejam concorrentes, sob pena de desclassificação do referido item.

5.13. Os documentos que exigem assinatura deverão ser firmados pelo **Representante Legal** da empresa, devendo comprovar tais poderes.

6. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

6.1. Credenciamento:

6.1.1 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no item 6 deste edital, deverá apresentar, **declaração firmada pelo representante legal, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, e que está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123 (Anexo II).**

6.1.2 As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, gozarão dos mesmos benefícios, disciplinados no item 4 deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, **declaração firmada pelo representante legal, de que se enquadram no limite de receita referido acima, e que está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123. (Anexo II).**

6.1.3. A partir do momento da apresentação da declaração que trata os **itens 6.1.1. e 6.1.2.** a empresa passará a usufruir os benefícios da Lei 123/2006.

6.2 Habilitação

6.2.1. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 6.1.1 e 6.1.2., que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item **9.2** deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação que comprove a sua regularidade em **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data em que for declarada vencedora do certame.

6.2.2. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

6.2.3. O prazo de que trata o item 6.2.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

6.2.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 6.2.1., implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 16 deste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7. PROPOSTA DE PREÇO

7.1. As propostas deverão ser apresentadas:

7.1.1. Preferencialmente:

7.1.1.1. datilografadas ou impressas por meio eletrônico;

7.1.1.2. indicar telefone/fax/e-mail;

7.1.1.3. indicar o Banco, Agência e a conta corrente para ser efetuado os pagamentos, caso a licitante venha a contratar com o Município.

7.1.1.4. A proposta vigorará pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art.64, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002;

7.1.1.5. Nome da pessoa indicada para contatos;

7.1.2. Obrigatoriamente:

7.1.2.1. Sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara;

7.1.2.2. Assinada pelo representante legal da empresa;

7.1.2.3. Caso a proposta não esteja assinada e o representante legal estiver presente à sessão, poderá o representante assinar a proposta;

7.1.2.4. Razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ.

7.1.2.5. O licitante deverá apresentar **preço unitário e total** para o objeto desse Edital, devendo os preços ser apresentados com apenas duas casas após a vírgula;

7.2.2.6. No referido preço deverão estar incluídas as despesas com recursos materiais e humanos, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários, ambientais e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes deste Edital.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preço 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação do vencedor.

8.2. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.3. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentar novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

8.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 16 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste Edital.

8.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.9. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo motivadamente a respeito.

8.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e ofertar o menor preço.

8.13. Serão desclassificadas:

a) as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 7.

b) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

8.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

8.15. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

8.16. A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações deste Município, conforme item 20 deste Edital.

8.17. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8.18. Poderão ser aceitas as propostas em que se constatem erros nos preços propostos, reservando-se a Comissão Permanente de Licitações o direito de corrigi-los na forma seguinte:

I – O erro de multiplicação de preços unitários pelas quantidades correspondentes será retificado mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto.

II – O erro da adição será retificado conservando-se as parcelas corretas, trocando-se o total proposto pelo corrigido.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

III – Divergência entre o valor numérico e por extenso será considerado este último.

IV – Divergência entre o quantitativo constante do edital e da proposta será corrigido utilizando-se o quantitativo expresso no edital.

9. DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE N° 02, os documentos de habilitação:

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1. Para Firma Individual, apresentar registro comercial onde conste o objeto;

9.1.2. Para Sociedades Comerciais, apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;

9.1.3. Para Sociedades por Ações, apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, devidamente registrado na Junta Comercial;

9.1.4. Para Sociedades Cíveis, apresentar ato constitutivo, e respectiva inscrição acompanhado de prova da diretoria em exercício;

9.1.5. Em se tratando de **empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País**, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.6. Ficará dispensada do documento solicitado nos itens 9.1.1 a 9.1.5 a licitante que já o tiver apresentado no presente certame para fins de comprovação junto ao credenciamento;

9.1.7. O **contrato social** ou **ato constitutivo** mencionado neste **item 9** deverá ser apresentado com todas as alterações ou apresentada a consolidação.

9.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2.2. Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

9.2.3. Certidão negativa de débitos da Fazenda Estadual;

9.2.4. Certidão Negativa junto à Fazenda Municipal da sede da licitante;

9.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.2.6. Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho com apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.3. Declaração de acordo com o disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93 acrescida pela Lei 9.854/99 (**ANEXO III**).

9.3.1. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser apresentados ou em original, ou através de publicação em órgão da imprensa oficial ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor do Município, ou cópias acompanhadas dos respectivos originais que serão autenticadas no momento da sessão. Ressalva-se que as cópias apresentadas em papel FAX não serão aceitas.

9.3.2. Certidões da internet terão sua autenticidade confirmada nos respectivos site.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.4.1. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a **180 dias** da data de abertura da licitação.

9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, detentor de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente inscrito no Conselho de Classe competente;

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

a) a prova da empresa ter à disposição profissional de nível superior será feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social; no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); e no caso de prestador de serviços, mediante cópia do contrato entre a licitante e o(s) profissional(is) com firma reconhecida em cartório;

9.5.2. Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do Responsável Técnico da Empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para desempenho de atividades relacionada aos Serviços de Poda, Supressão, e Manejo de Resíduos Verdes, objeto desta licitação.

9.5.3. Declaração, com firma devidamente reconhecida em cartório, sob as penas da Lei, de disponibilidade de equipamentos, ferramentas e pessoal técnico, adequados à realização dos serviços, conforme descrito no Termo de Referência e sua vinculação ao futuro contrato, a ser apresentada junto aos documentos de habilitação. (Poda; Supressão; Manejo de espécies e/ou rejeitos florestais).

10. DA ADJUDICAÇÃO

10.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando a seguir a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso em 03 (três) dias úteis após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se a todos vista imediata do processo.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ele o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar razões de recurso.

11.2. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

11.4. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas por escrito ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

11.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

12. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os pagamentos serão realizados em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da respectiva Nota Fiscal discriminativa dos serviços prestados.

12.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.5. As despesas, objeto do presente Edital, serão atendidas através da seguinte dotação orçamentária:

0501 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

15.452.0007.2010 – Construção e Limpeza de Vias Urbanas

3.3.3.90.39.780000 – Limpeza e Conservação (5162)

13. DO CONTRATO E PRAZO

13.1. O Contrato vigorará pelo período 12 (doze) meses, podendo ser aditado em conformidade com a Lei 8.666/93.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

13.2. Após o ato de adjudicação e homologação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, assinar o Contrato.

13.2.1. O descumprimento desse prazo faculta à Comissão convocar, pela ordem de classificação, outros licitantes no mesmo prazo e condições contratuais estabelecidas.

13.3. Durante toda a execução do contrato, a adjudicada se obriga a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação, com respeito ao FGTS, INSS e ISSQN como disciplina o Art. 71 “caput” da Lei 8.666/93.

13.4. O contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

13.4.1. Unilateralmente, pela Contratante;

13.4.1.1. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei N° 8.666/93 alterada pela Lei N° 8.883/94.

13.4.2. Por acordo das partes:

13.4.2.1. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

13.5. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

13.6. A Contratada deverá apresentar no momento da entrega a documentação completa (incluindo catálogos e/ou mostruários e manuais de referência) sobre o equipamento original, emitida pelo fabricante, devidamente traduzido e juramentado caso o objeto licitado seja importado.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. Provisoriamente pelos funcionários designados pela municipalidade para fiscalizar o contrato ao final de cada mês, quando da entrega dos serviços indicados.

14.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela contratação do serviço, nem a ética-profissional pela perfeita execução deste objeto.

15. DAS OBRIGAÇÕES

15.1. DO CONTRATADO

15.1.1. Cumprir fielmente o Contrato;

15.1.2. Responder pelos eventuais prejuízos causados diretamente à contratante;

15.1.3. Arcar com os tributos federais, estaduais e municipais que incidirem sobre o fornecimento;

15.1.4. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.1.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

15.2. DO CONTRATANTE

15.2.1. Efetuar o pagamento nas condições e preços compactuados;

15.2.2. Fiscalizar a execução do objeto do contrato;

15.2.3. Colocar a disposição da Contratada todas as informações e documentos necessários para a execução do objeto.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa pelo fornecedor em entregar o objeto adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

16.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

16.3. O não-cumprimento de obrigação acessória sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

16.4. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

16.4.1. ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;

16.4.2. apresentação de documentação falsa para participação no certame;

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

16.4.3. retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;

16.4.4. não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;

16.4.5. comportamento inidôneo;

16.4.6. cometimento de fraude fiscal;

16.4.7. fraudar a execução do contrato;

16.4.8. falhar na execução do contrato.

16.5. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

16.6. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

16.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17. DA RESOLUÇÃO

17.1. As causas de resolução deste ajuste são as previstas no art. 78 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da composição de danos dela provenientes, quando devidamente apurados em expediente administrativo instaurado para apurar a concorrência de culpa.

17.2 O Distrato faz cessar as obrigações deste ajuste, sendo devido à CONTRATADA o pagamento proporcional aos serviços prestados.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

18.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão deverão obedecer ao disposto no artigo 41 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e serem devidamente protocoladas junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal.

18.1.1 – Não serão aceitos pedidos de Impugnação enviados via e-mail sem o protocolo do pedido em original.

18.2 – O Pregoeiro realizará a análise do pedido e decidirá dentro do prazo legal.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta;

19.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93;

19.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, situada na Rua São Gabriel, nº 72, Centro, CEP 95930-000, Fone (51) 3764 1144 ou (51) 99527-0027 ou via e-mail: licita@cruzeiro.rs.gov.br ;

19.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

19.5. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

19.6. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul, na data marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local;

19.7. O Município de Cruzeiro do Sul se reserva o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie;

19.8. Todas as comunicações aos licitantes relativas ao presente Processo Licitatório serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada, por telegrama ou **e-mail**, na sede ou representantes dos licitantes.

19.9. Em seu julgamento, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio poderão desconsiderar simples omissões, erros e falhas formais sanáveis, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o entendimento do conteúdo exigido nos Envelopes “Documentação” e “Proposta”.

19.10. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser apresentados ou em original, ou através de publicação em órgão da imprensa oficial ou por

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor do Município. O processo de autenticação por servidor municipal poderá ser solicitado até data da licitação.

19.11. Os documentos que exigem assinatura deverão ser firmados pelo **Representante Legal** da empresa, devendo comprovar tais poderes.

19.12. Integram este Edital:

Anexo I: Descritivo do Serviço.

Anexo II: Modelo de declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa.

Anexo III: Modelo de declaração de acordo com o disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93 acrescida pela Lei nº 9.854/99.

Anexo IV: Modelo de credenciamento.

Anexo V: Modelo de declaração de que o licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Anexo VI: Minuta de Contrato.

Anexo VII: Modelo de Proposta

Anexo VIII: Planilha de

Composição de Custos

20. DO LOCAL E HORÁRIO PARA INFORMAÇÕES

20.1 – Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul, de segunda à quinta-feira, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h, e às sextas-feiras das 08h às 13h, telefone (51) 3764-1144 ou (51) 99527-0027 e e-mail: licita@cruzeiro.rs.gov.br.

Cruzeiro do Sul, 30 de setembro de 2021.

João H. Dullius
Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.
Em 21/09/2021.

Samuel A. Beuren
OAB/RS 87.079
ASSESSOR JURÍDICO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ANEXO I
DESCRIPTIVO DO SERVIÇO
PROJETO BÁSICO

Poda, Coleta, Trituração e Transporte de Resíduos Florestais, oriundos da PODA URBANA do Município de Cruzeiro do Sul/RS.

1. INTRODUÇÃO;

O presente Projeto Básico tem por objetivo relatar e descrever as atividades levadas a termo, bem como, as ações a serem executadas pela empresa contratada para a realização dos **SERVIÇOS DE PODA, COLETA, TRITURAÇÃO E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS FLORESTAIS, ORIUNDOS DA PODA EM ÁREAS PÚBLICAS E TAMBÉM AQUELES DEPOSITADOS PELOS MUNÍCIPIES EM VIAS PÚBLICAS**, obedecidos às disposições do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Município de Cruzeiro do Sul/RS.

Os serviços deverão ser executados em estrita observância aos planos de trabalho apresentados pelo proponente e aprovados pelo Município, atendidas as especificações e demais elementos técnicos constantes do presente anexo. O referido projeto faz os apontamentos e parâmetros necessários para execução dos serviços.

Os serviços que constituem objeto desta licitação deverão ser executados em restrita observância as especificações aqui pré-determinadas pelo Município de Cruzeiro do Sul, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, atendidas as especificações e demais elementos constantes nos demais anexos deste Projeto Básico. O presente Projeto dispõe sobre o Plano de Trabalho/Execução e está acompanhado de Orçamento estimativo.

2. RELATÓRIO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - MEMORIAL DESCRITIVO

2.1. DEFINIÇÃO: Para os fins deste Relatório de Especificações Técnicas definem-se serviços como sendo o conjunto de atividades envolvendo os **SERVIÇOS DE PODA, COLETA, TRITURAÇÃO E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS FLORESTAIS, ORIUNDOS DAS PODAS EM ÁREAS PÚBLICAS E TAMBÉM AQUELES DEPOSITADOS PELOS MUNÍCIPIES EM VIAS PÚBLICAS**, obedecidos às disposições do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Município de Cruzeiro do Sul/RS.

2.1.1. Define-se como Poda, Coleta de Resíduos da Poda Urbana, o recolhimento de todos e quaisquer resíduos ou detritos apresentados regularmente ou esporadicamente nas vias e logradouros públicos, originários das podas realizadas em árvores localizadas em Vias Públicas, terrenos residenciais ou comerciais e depositadas em calçadas e logradouros públicos, no Município de Cruzeiro do Sul.

2.1.2. A Administração indicará os locais e/ou as unidades arbóreas a serem podadas ou suprimidas pela Licitante bem como os roteiros para execução dos serviços licitados, conforme demanda.

2.1.3. Os galhos deverão ser preparados e colocados por operários, devidamente uniformizados e com todos os equipamentos de segurança, diretamente no triturador, fixo sobre o chassi do caminhão, sendo que os detritos deverão ser lançados do triturador diretamente para a caçamba do caminhão para posterior transporte ao local da destinação indicado pela Administração por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, para posterior aproveitamento/uso do material como Adubo Orgânico a critério da Municipalidade.

2.1.3. Para base de cálculo do volume a ser coletado, triturado e transportado, e, por consequente, o número de horas estimado para a contratação, a Secretaria Municipal Obras e Serviços Urbanos utilizou os dados de horas/homem, horas/máquina e horas/caminhão, utilizados pelo Município para realizar os

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

serviços com servidores e veículos próprios x demanda. Chegando ao número de até **210 horas mensais**, devido à redução de mais de 80% no volume que os resíduos de poda sofrem após passar pelo processo de trituração.

2.2 - EXECUÇÃO DO OBJETO: A execução dos Serviços Poda, Coleta, Trituração e Transporte dos Resíduos Florestais, oriundos da PODA URBANA deverão ser feitos com a utilização de veículos apropriados para a execução dos serviços.

2.2.1. Os serviços deverão ser executados pela proponente, iniciando-se em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da ordem de início dos serviços emitido pela Administração, obedecendo obrigatoriamente o Plano de Trabalho aprovado por esta Municipalidade.

2.2.2. A licitante vencedora deverá obedecer à frequência e roteiros, demandados através de ordens de serviços, emitidas pela Secretaria Municipal Obras e Serviços Urbanos e acompanhadas por servidor municipal, designado para a fiscalização do contrato **Sr. Paulo Antônio do Nascimento**.

2.2.3. Os serviços deverão ser executados em todas as vias públicas abertas à circulação, ou que venham a ser abertas durante a vigência do contrato.

2.2.4. Nas situações em que houver impossibilidade de acesso do veículo triturador à via pública, a coleta deverá ser executada manualmente, sendo necessário ao agente coletor retirar os resíduos apresentados na via pública, e transportá-los até o veículo para a trituração.

2.2.5. Quando da poda, recolhimento e trituração dos resíduos florestais, os locais deverão ser completamente limpos, ficando livres de qualquer tipo de sujeira.

2.3. EQUIPE PADRÃO E QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA

A equipe padrão será dimensionada em conformidade com o número de veículos em operação. O padrão mínimo para a realização dos serviços será composta dos seguintes equipamentos e recursos humanos:

2.3.1 EQUIPE PADRÃO: deverá ser composta de no mínimo 01(UMA) EQUIPE. A equipe, para a realização dos serviços previstos neste Projeto básico, deverá contar com veículo, equipamentos, ferramentas e utensílios na seguinte composição:

Dos veículos, equipamentos, ferramentas e utensílios:

- a) 01 (um) caminhão coletor, com até 05 anos de uso, com 03 (três) lugares na cabine, equipado com Triturador de Galhos, (Resíduos de Poda Urbana) instalado sobre o seu chassi e caçamba com capacidade volumétrica de carga de no mínimo 15m³. O triturador deve conter dispositivos que visem garantir a segurança dos operadores e, para tanto, deverá estar dotado de sistema de travamento e reversão do ciclo, em toda a base da plataforma de alimentação.
- b) 01 (uma) Motosserra
- c) 01 (uma) Moto poda
- d) 01 (um) Soprador
- e) 02 (duas) Vassouras
- f) 02 (duas) foices
- g) 02 (dois) facões.

Obs. Se forem necessários outros equipamentos para a execução dos serviços, os custos serão por conta da licitante.

Do pessoal da equipe padrão:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

A Empresa a ser contratada, para a execução dos serviços deverá disponibilizar no mínimo 01 (uma) equipe de pessoal, com a seguinte formação:

- a) 01 (um) motorista;
- b) 02 (dois) operários serventes de limpeza;

Do pessoal da equipe auxiliar:

- a) 01 (um) Resp. Técnico – Engenheiro Florestal ou Biólogo (Carga horária parcial);
- b) 01 (um) Técnico em Segurança do trabalho (carga horária parcial com escolaridade – técnico em segurança do trabalho);
- c) 01 (um) Supervisor.

2.3.2 – A Empresa deverá comprovar a seguinte qualificação técnico-operacional:

2.3.2.1 – Registro da Empresa Licitante no CREA ou CRBio;

2.3.2.2 – Declaração de disponibilidade dos equipamentos, máquinas e veículos, conforme descrito neste Termo de Referência.

2.3.2.3 – Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista de abertura do certame, profissional de nível superior na área de Engenharia Florestal ou Biólogo, devidamente registrado no CREA ou CRBio, detentor de Atestado de Capacidade Técnica compatível/similar com o objeto a ser Licitado. (Poda; Supressão; Manejo de espécies e/ou rejeitos florestais).

Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

- a) Sócio;
- b) Diretor;
- c) Empregado;
- d) Responsável técnico.

A comprovação de vinculação dos profissionais RT deverá atender os seguintes requisitos:

- a) Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
- b) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- c) Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Contrato de Trabalho em vigor;
- d) Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA da Sede ou filial da licitante, onde consta o registro do profissional como RT, e o contrato de prestação de serviço.

2.4. EQUIPAMENTOS

2.4.1. Deverão ser apropriados para coleta e trituração de resíduos oriundos da Poda Urbana, obedecida à legislação vigente, especialmente a legislação ambiental.

2.4.2. O Município reserva-se o direito de requerer à contratada a adesivagem dos veículos utilizados para o recolhimento dos resíduos, com *layout* previamente aprovado pela municipalidade, com ônus à licitante vencedora, bem como placas regulamentares e telefone para reclamações.

2.4.3. Todos os equipamentos devem ser conservados e em perfeitas condições de limpeza e funcionamento.

2.4.4. As caçambas deverão ser carregadas de maneira que os resíduos não possam transbordar, de

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

qualquer forma, para a via pública, especialmente no trajeto até a descarga.

2.4.5. Os veículos automotores e equipamentos apresentados pela licitante vencedora para realização dos serviços deverão estar adequados e estarem disponíveis e a comprovação se fará necessária para a assinatura do contrato. Os equipamentos deverão estar instalados nos chassis do veículo, e o conjunto deverá estar em perfeitas condições de operação.

2.4.6. Compete à licitante vencedora, apresentar nos locais e nos horários de trabalho definidos, todos os veículos, equipamentos e funcionários, estes últimos devidamente equipados e uniformizados.

2.4.7. Os veículos e equipamentos utilizados na prestação dos serviços não poderão permanecer em via pública quando não estiverem em serviço, devendo para tal a contratada manter local apropriado para atender esta especificação.

2.5. DO PESSOAL - Compete a licitante vencedora a admissão de mão de obra em quantidade suficiente ao desempenho dos serviços contratados (vide item 2.3), correndo por sua conta, os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais dentre outros correlatos, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo a licitante vencedora pelas reclamações trabalhistas, bem como pelos danos causados por seus empregados, auxiliares e prepostos ao patrimônio público ou a outrem.

2.5.1. Os funcionários admitidos deverão possuir aptidão física compatível e qualificação que os capacite a executar os serviços inerentes ao objeto da licitação.

2.5.2. Os funcionários da licitante vencedora, no exercício de suas atribuições, deverão atuar com zelo e urbanidade com o público.

2.5.3. O Município, mediante justificativa formal, terá direito de exigir a substituição de todo empregado disponibilizado pela licitante vencedora para a execução do objeto deste contrato, cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço, a qual deverá se realizar dentro do prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

2.5.4. Durante a execução dos serviços é absolutamente vedado por parte do pessoal da licitante vencedora, a execução de outras tarefas que não sejam objeto do contrato firmado a partir do certame aqui orientado.

2.5.5. Qualquer funcionário da área operacional deverá apresentar-se uniformizado e asseado, com camisas ou camisetas fechadas, calças/calções, calçados com sola antiderrapante e demais equipamentos de segurança e proteção individual – EPI's, como luvas, capas protetoras em dias de chuva, coletes e/ou cintos reflexivos, bonés, entre outros.

2.6. INSTALAÇÕES - A licitante vencedora deverá dispor de instalações apropriadas, que incluam escritório para controle e planejamento das atividades e local para atendimento de seu pessoal operacional, com áreas compatíveis com o objeto do presente Projeto Básico, bem como manter a disposição um telefone para recebimento de ordens do fiscal do contrato.

2.6.1. A licitante vencedora deverá efetuar em local adequado, a lavagem e desinfecção diária do veículo utilizado, devendo os efluentes líquidos da lavagem obrigatoriamente ser encaminhados à caixa separadora de água/óleo, para retenção dos resíduos do processo.

3 - DO PLANEJAMENTO

3.1. DAS ROTAS - A Administração Municipal definirá as rotas e pontos para a realização dos serviços de acordo com as demandas verificadas por solicitação de munícipes, e também para atender os roteiros elaborados em consonância com as demais secretarias responsáveis pela limpeza pública.

3.2. DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS - A Administração Municipal previu um orçamento

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

estimativo dentro da realidade. Para tal, baseada em dados de potência dos caminhões utilizados para os serviços, no processo de aceleração e frenagem muito intenso na maioria do percurso, da utilização do sistema de trituração, ficando a estimativa de um consumo médio aproximado de 1,80 km/litro para o caminhão (deslocamento), e o consumo médio de 14,0 litros/hora (para o triturador).

3.3. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS - A remuneração dos serviços será feita por hora.

3.3.1 Para cumprimento do disposto no presente projeto, a empresa deverá apresentar ao final a seguinte proposta:

Valor pelos serviços de poda, coleta, trituração e transporte dos resíduos florestais no valor não superior a R\$ 310,54 (trezentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos) / por hora trabalhada.

3.4. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL – A contratação dos serviços terá vigência de 12 meses podendo ser prorrogado por igual período conforme necessidade da Administração Municipal.

3.5. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL - O Município poderá determinar que a licitante vencedora aumente ou reduza os serviços, veículos, pessoal e equipamentos, conforme necessidades, principalmente em caso de intempéries e dentro dos limites legais.

3.7. DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL – Caberá a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos o acompanhamento dos trabalhos visando verificar o atendimento integral às exigências contratuais

3.7.1 A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos terá poderes para, nos locais de trabalho, proceder qualquer determinação que seja necessária à perfeita execução dos serviços, inclusive podendo determinar a paralização dos mesmos quando não estiver havendo atendimento às cláusulas contratuais.

4 – Informações gerais:

4.1 – As obrigações do Contratante e da Contratada, prazos de pagamento, especificações dos serviços e demais condições pertinentes ao objeto da presente contratação estão descritas no Edital e na Minuta de Contrato do presente processo licitatório.

Cruzeiro do Sul, 16 de setembro de 2021.

Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL**

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVA

DECLARAÇÃO

CNPJ nº _____ (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no item 6 do Edital de Pregão Presencial nº _____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- MICROEMPRESA**, conforme Inciso I, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006
 EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006,
 COOPERATIVA, conforme art. 34 da Lei 11.488 de 15 de Junho de 2007, e gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade), _____ de _____ de _____.

Representante Legal

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa.

22 DE NOVEMBRO DE 1963

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL**

**ANEXO III
DECLARAÇÃO DE MENORES**

Declaração de acordo com o disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93 acrescida pela Lei 9.854/99.

NOME DA EMPRESA

Pregão Presencial nº 009-01/2021

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescida pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (X).

Cruzeiro do Sul, XX de-----de 2021.

REPRESENTANTE LEGAL

22 DE NOVEMBRO DE 1963

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL**

**ANEXO IV
MODELO DE CREDENCIAMENTO**

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da célula de identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de Cruzeiro Do Sul, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº _____, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa

Nome do dirigente da empresa

Obs. 1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para fins deste procedimento licitatório.

2. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, de documento que comprove que o(s) dirigente(s) que o assinou possui poderes para substabelecer procuração.

22 DE NOVEMBRO DE 1963

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº _____
_____, inscrita no CNPJ nº _____, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____,
portador(a) da carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____,
DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Local e data.

Assinatura do Representante Legal da Empresa proponente

Obs.: A assinatura do Representante Legal deverá vir acompanhada de documento que comprove poderes para a representação.

22 DE NOVEMBRO DE 1963

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ANEXO VI
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009-01/2021

Pelo presente instrumento vem o **MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL**, pessoa jurídica de Direito Público com sede na Rua São Gabriel, 72, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 87.297.990/0001-50, nesse ato representado pelo Prefeito Sr. **JOÃO H. DULLIUS**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e **LICITANTE VENCEDORA**, empresa situada na....., inscrita no CNPJ sob o número, nesse ato representada por seu sócio-gerente, Sr., portador do CPF nº , doravante denominada apenas de **CONTRATADA**, firmar o presente contrato de compra e venda, o que fazem com base nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O objeto do presente contrato é **contratação de empresa para Serviços de Poda, Coleta, Trituração e Transporte dos Resíduos florestais, oriundos da poda em áreas públicas e também aqueles depositados pelos municípios em vias públicas**, conforme Memorial Descritivo do **Anexo I** e demais considerações e exigências abaixo:

Parágrafo Primeiro - A licitante vencedora ficará obrigada a iniciar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias após a emissão da ordem de serviço;

Parágrafo Segundo - O objetivo da prestação do serviço é a necessidade de caráter notório da existência de árvores de médio e grande porte, sendo que o Município tem como obrigação fornecer manutenção de podas e cortes de árvores, além do que, são insuficientes os equipamentos e recursos humanos a disposição para atendimento da demanda.

Parágrafo Terceiro - As despesas com transporte, equipamentos e mão de obra correrão por conta da contratada;

Parágrafo Único – A **CONTRATADA** fica proibida de subcontratar, transferir ou ceder a terceiros o objeto desse contrato sem prévia autorização do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO: O **CONTRATANTE**, em contrapartida aos serviços prestados pagará à **CONTRATADA** o valor de R\$ (.....) por hora pelo objeto descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da respectiva Nota Fiscal discriminativa dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Somente será efetuado o pagamento mediante apresentação de documento que comprove a regularidade com o FGTS, da CND/INSS e do comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias dos funcionários da **CONTRATADA** relativo ao mês anterior ao do pagamento.

Parágrafo Segundo - As despesas provenientes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

0501 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
15.452.0007.2010 – Construção e Limpeza de Vias Urbanas
3.3.3.90.39.780000 – Limpeza e Conservação (5162)

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – São obrigações da **CONTRATADA**:

- a)** executar os serviços descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA dentro das condições técnicas exigidas, com zelo, probidade, eficiência e responsabilidade;
- b)** manter um corpo profissional habilitado para a prestação dos serviços contratados;
- c)** responsabilizar-se pelas consequências dos atos de seus sócios, funcionários ou prepostos que agirem com imprudência, negligência ou imperícia na realização dos serviços ora contratados;
- d)** disponibilizar ao **CONTRATANTE**, para verificação e análise, todos os documentos

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

envolvendo o objeto desse contrato;

f) observar os prazos estipulados pelo **CONTRATANTE** para a apresentação de documentos e notas fiscais;

g) informar o **CONTRATANTE** acerca de eventual subcontratação, cessão ou transferência do objeto desse instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES – Além das penalidades previstas na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) e no Edital do Pregão Presencial nº 009-01/2021 sujeita-se a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

5.1 - Pela não entrega do objeto do contrato, no todo ou em parte, dentro dos prazos estipulados, a **CONTRATADA** se sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa na forma prevista no item 5.2;

III - rescisão do contrato;

IV - suspensão do direito de licitar junto ao **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o **CONTRATANTE**.

5.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido no Contrato, quando a **CONTRATADA**:

a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

b) subcontratar, transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**;

c) entregar o objeto em desacordo com as especificações ou normas técnicas, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;

d) desatender as determinações da fiscalização;

e) cometer qualquer infração as normas legais federais, estaduais e municipais, por meios culposos e/ou dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo, encargos sociais, ou previdenciários, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão de infração cometida, cabendo ao **CONTRATANTE** o direito de exigir a Folha de Pagamento dos empregados a qualquer momento;

f) não prestar os serviços em conformidade com o objeto desse contrato;

g) ocasionar, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, por ato dos sócios, prepostos ou empregados, danos ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou de terceiros, independentemente da obrigação da **CONTRATADA** em reparar os danos causados.

5.2.1 - A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir será comunicado por escrito pela fiscalização à **CONTRATADA**.

5.2.2 – As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

5.3 – O atraso injustificado para a execução dos serviços sujeitará a **CONTRATADA** ao pagamento de multa de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso sobre o valor global corrigido do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA – Esse contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da assinatura do mesmo, sendo possível a sua prorrogação, por iguais períodos, nos termos do art. 57, inciso II da lei Federal nº 8.666/93 ou rescindido a qualquer momento se os serviços não estiverem a contento.

Parágrafo Único – Poderá ser concedido reajuste após um ano de vigência, mediante solicitação da **CONTRATADA**, sendo este pelo menor índice acumulado da variação positiva dos seguintes índices: INPC/IBGE, IPCA/IBGE e IGP-M/FGV.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO – O contrato poderá ser rescindido:

I – Por iniciativa do **CONTRATANTE**, independente de notificação judicial ou extrajudicial,

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

se a **CONTRATADA**:

- a) deixar de cumprir qualquer das obrigações aqui estipuladas;
- b) subcontratar, transferir ou ceder a terceiros o objeto desse contrato;
- c) demonstrar incapacidade técnica ou má-fé;

II – Por acordo entre as partes, atendida a conveniência do **CONTRATANTE**, mediante termo próprio e restando quitadas todas as obrigações pendentes.

Parágrafo Único – Poderá o **CONTRATANTE** rescindir unilateralmente o contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, em razão de interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS – A interpretação do presente instrumento fica condicionada ao disposto nas normas gerais de Direito Público vigentes, principalmente a Lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – Toda e qualquer modificação desse instrumento somente poderá ser realizada mediante aditamento, desde que observadas às disposições legais pertinentes.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente contrato, sejam de natureza trabalhista, civil, fiscal, ambiental, previdenciária ou comercial, inexistindo qualquer solidariedade do **CONTRATANTE** relativamente a esses encargos ou a eventuais prejuízos causados a terceiros pelos sócios, empregados ou prepostos da **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro - As partes elegem o Foro da cidade de Lajeado/RS para dirimir qualquer dúvida sobre a interpretação desse instrumento.

E por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos.

Cruzeiro do Sul, xx de mês de 2021.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL
João H. Dullius
PREFEITO

LICITANTE CONTRATADA
.....
REPRESENTANTE LEGAL

Testemunha: _____
C.P.F.: _____

Testemunha: _____
C.P.F.: _____

22 DE NOVEMBRO DE 1963

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ANEXO VII
MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL nº _____

RAZÃO SOCIAL COMPLETA DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

TELEFONE:

E-MAIL:

INDICAR: - BANCO: - AGÊNCIA: - CONTA CORRENTE:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND. | QUANT. | R\$ UNITÁRIO | R\$ TOTAL |
|------|--|------|----------------|--------------|-----------|
| 01 | SERVIÇOS DE PODA, COLETA, TRITURAÇÃO E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS FLORESTAIS, ORIUNDOS DA PODA EM ÁREAS PÚBLICAS E TAMBÉM AQUELES DEPOSITADOS PELOS MUNICÍPIES EM VIAS PÚBLICAS, conforme Memorial Descritivo do Anexo I. | HORA | Até 210/mês | | |

Observações:

a) Declaro que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias conforme disciplina o parágrafo 3º do art. 64, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

b) O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no Edital.

DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
(com poderes para a representação devidamente comprovados)

22 DE NOVEMBRO DE 1963

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ANEXO VIII

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS (EXCEL)

| SERVIÇO DE CAMINHÃO COM EQUIPAMENTO ACOPLADO PARA A TRITURAÇÃO DE PODA URBANA | | | | |
|---|-------|---------------|----------------|---------------------|
| PLANILHA DE CUSTOS | | | | |
| 1 . REMUNERAÇÃO | | | | |
| 1.1 MOTORISTA DE CAMINHÃO | | | | |
| Piso da categoria | R\$ | | | 1.593,60 |
| Insalubridade 20% s/ salário min. nacional | R\$ | | | 220,00 |
| Quantidade | | | 1 | |
| Total | | | | R\$ 1.593,60 |
| VALOR | TOTAL | DE REMUNER | MEN PARA MOTOR | |
| ENCARGOS SOCIAIS | | | | |
| Grupo A | | | | |
| FGTS | | 8,00% | | R\$ 127,49 |
| INCRRA | | 0,20% | | R\$ 3,19 |
| INSS | | 20,00% | | R\$ 318,72 |
| SALARIO EDUCAÇÃO | | 2,50% | | R\$ 39,84 |
| SEBRAE | | 0,60% | | R\$ 9,56 |
| SAT + FAP | | 3,00% | | R\$ 47,81 |
| SENAI/SENAC | | 1,00% | | R\$ 15,94 |
| SESI/SESC | | 1,50% | | R\$ 23,90 |
| TOTAL GRUPO A | | 36,80% | | R\$ 586,44 |
| GRUPO B | | | | |
| Férias | | 11,11% | | R\$ 177,05 |
| Licença Paternidade | | 0,06% | | R\$ 0,96 |
| Faltas justificadas | | 0,82% | | R\$ 13,07 |
| Auxilio acidente de trabalho | | 0,31% | | R\$ 4,94 |
| Auxilio doença | | 1,66% | | R\$ 26,45 |
| 13º SALARIO | | 8,33% | | R\$ 132,75 |
| TOTAL GRUPO B | | 22,29% | | R\$ 355,21 |
| GRUPO C | | | | |
| Aviso Prévio Indenizado | | 4,08% | | R\$ 65,02 |
| 13º salário e férias indenizadas | | 2,00% | | R\$ 31,87 |
| Atestados + Acident de Trabalho | | 2,00% | | R\$ 31,87 |
| Deposito rescisão sem justa causa | | 3,72% | | R\$ 59,28 |
| Faltas | | 0,76% | | R\$ 12,11 |
| TOTAL GRUPO C | | 12,56% | | R\$ 200,16 |
| GRUPO D | | | | |
| Incidência dos encargos de A sobre B | | 8,20% | | R\$ 130,68 |
| Reincidência de Grupo A sobre aviso prévio indenizado | | 1,50% | | R\$ 23,90 |
| TOTAL GRUPO D | | 9,70% | | R\$ 154,58 |
| TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS | | 81,35% | | R\$ 1.296,39 |

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

| BENEFÍCIOS | | | | |
|---|------------|----------------|------------|---------------------|
| Descrição | Quantidade | Valor unitário | Valor mês | Total |
| Uniformes e EPIS para o motorista | 1 | R\$ 57,92 | R\$ 57,92 | R\$ 57,92 |
| Auxílio refeição | 22 | R\$ 12,76 | R\$ 280,72 | R\$ 280,72 |
| Auxílio alimentação | 1 | R\$ 96,84 | R\$ 84,00 | R\$ 84,00 |
| Medicina e Segurança do Trabalho | 1 | R\$ 12,00 | R\$ 12,00 | R\$ 12,00 |
| Seguro de Vida | 1 | R\$ 45,00 | R\$ 45,00 | R\$ 45,00 |
| Transporte para o motorista (R\$ 4,50 * 44 unid = R\$ 198,00 - R\$ 95,62 (6% s/ salário) = R\$ 102,38 | 44 | R\$ 4,50 | R\$ 102,38 | R\$ 102,38 |
| TOTAL BENEFÍCIOS | | | | R\$ 582,02 |
| TOTAL DE SALÁRIOS + ENCARGOS + BENEFÍCIOS PARA FUNÇÃO DE MOTORISTA | | | | R\$ 3.472,01 |

| 1.2 AUXILIAR DE LIMPEZA | |
|-------------------------------------|--------------|
| Piso da categoria | R\$ 1.184,93 |
| Insalubridade 20% s/ Salário mínimo | R\$ 220,00 |
| Quantidade | 2 |
| Total | R\$ 2.809,86 |

| VALOR | TOTAL DE REMUNERAÇÃO | MENSAL PARA AUXILIAR DE LIMPEZA | R\$ |
|-------|----------------------|---------------------------------|-----------------|
| | | | 5.619,72 |

| ENCARGOS SOCIAIS | | | | |
|-----------------------------------|---------------|--|--|---------------------|
| Grupo A | | | | |
| FGTS | 8,00% | | | R\$ 449,58 |
| IN CRA | 0,20% | | | R\$ 11,24 |
| INSS | 20,00% | | | R\$ 1123,94 |
| SALÁRIO EDUCAÇÃO | 2,50% | | | R\$ 140,49 |
| SEBRAE | 0,60% | | | R\$ 33,72 |
| SAT + FAP | 3,00% | | | R\$ 168,59 |
| SENAI/SENAC | 1,00% | | | R\$ 56,20 |
| SESI/SESC | 1,50% | | | R\$ 84,30 |
| TOTAL GRUPO A | 36,80% | | | R\$ 2.068,06 |
| GRUPO B | | | | |
| Férias | 11,11% | | | R\$ 624,35 |
| Licença Paternidade | 0,06% | | | R\$ 3,37 |
| Faltas justificadas | 0,82% | | | R\$ 46,08 |
| Auxílio acidente de trabalho | 0,31% | | | R\$ 17,42 |
| Auxílio doença | 1,66% | | | R\$ 93,29 |
| 13º SALÁRIO | 8,33% | | | R\$ 468,12 |
| TOTAL GRUPO B | 22,29% | | | R\$ 1.252,64 |
| GRUPO C | | | | |
| Aviso Prévio Indenizado | 4,08% | | | R\$ 229,28 |
| 13º salário e férias indenizadas | 2,00% | | | R\$ 112,39 |
| Atestados + Acident de Trabalho | 2,00% | | | R\$ 112,39 |
| Depósito rescisão sem justa causa | 3,72% | | | R\$ 209,05 |
| Faltas | 0,76% | | | R\$ 42,71 |

| TOTAL GRUPO C | 12,56% | | | R\$ 705,84 |
|---|---------------|--|--|---------------------|
| GRUPO D | | | | |
| Incidência dos encargos de A sobre B | 8,20% | | | R\$ 460,82 |
| Reincidência de Grupo A sobre aviso prévio indenizado | 1,50% | | | R\$ 84,30 |
| TOTAL GRUPO D | 9,70% | | | R\$ 545,11 |
| TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS | 81,35% | | | R\$ 4.571,64 |

| BENEFÍCIOS | | | | |
|--|------------|----------------|------------|----------------------|
| Descrição | Quantidade | Valor unitário | Valor mês | Total |
| Uniformes e EPIS para o auxiliar de limpeza | 2 | R\$ 140,40 | R\$ 280,80 | R\$ 280,80 |
| Auxílio refeição R\$ (18,20 - 19%) | 44 | R\$ 14,74 | R\$ 648,56 | R\$ 648,56 |
| Plano de benefício familiar | 2 | R\$ 15,02 | R\$ 30,04 | R\$ 30,04 |
| Medicina e Segurança do Trabalho | 2 | R\$ 12,00 | R\$ 24,00 | R\$ 24,00 |
| Seguro de Vida | 2 | R\$ 45,00 | R\$ 90,00 | R\$ 90,00 |
| Transporte para o auxiliar (R\$ 4,50 * 44 unid = R\$ 198,00 - R\$ 71,09 (6% s/ salário) = R\$ 126,91 | 88 | R\$ 4,50 | R\$ 253,82 | R\$ 253,82 |
| TOTAL BENEFÍCIOS | | | | R\$ 1.327,22 |
| TOTAL DE SALÁRIOS + ENCARGOS + BENEFÍCIOS PARA FUNÇÃO DE AUXILIAR | | | | R\$ 11.518,58 |

| 1.3 SUPERVISOR | |
|-------------------|--------------|
| Piso da categoria | R\$ 1.483,00 |
| Quantidade | 1 |
| Total | R\$ 1.483,00 |

| VALOR | TOTAL DE REMUNERAÇÃO | MENSAL PARA SUPERVISOR | R\$ |
|-------|----------------------|------------------------|-----------------|
| | | | 1.483,00 |

| ENCARGOS SOCIAIS | | | | |
|------------------------------|---------------|--|--|-------------------|
| Grupo A | | | | |
| FGTS | 8,00% | | | R\$ 118,64 |
| IN CRA | 0,20% | | | R\$ 2,97 |
| INSS | 20,00% | | | R\$ 296,60 |
| SALÁRIO EDUCAÇÃO | 2,50% | | | R\$ 37,08 |
| SEBRAE | 0,60% | | | R\$ 8,90 |
| SAT + FAP | 3,00% | | | R\$ 44,49 |
| SENAI/SENAC | 1,00% | | | R\$ 14,83 |
| SESI/SESC | 1,50% | | | R\$ 22,25 |
| TOTAL GRUPO A | 36,80% | | | R\$ 545,74 |
| GRUPO B | | | | |
| Férias | 11,11% | | | R\$ 164,76 |
| Licença Paternidade | 0,06% | | | R\$ 0,89 |
| Faltas justificadas | 0,82% | | | R\$ 12,16 |
| Auxílio acidente de trabalho | 0,31% | | | R\$ 4,60 |
| Auxílio doença | 1,66% | | | R\$ 24,62 |
| 13º SALÁRIO | 8,33% | | | R\$ 123,53 |
| TOTAL GRUPO B | 22,29% | | | R\$ 330,56 |

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

| GRUPO C | | | | |
|---|---------------|--|--|---------------------|
| Aviso Prévio Indenizado | 4,08% | | | R\$ 60,51 |
| 13º salário e férias indenizadas | 2,00% | | | R\$ 29,66 |
| Atestados + Acident de Trabalho | 2,00% | | | R\$ 29,66 |
| Depósito rescisão sem justa causa | 3,72% | | | R\$ 55,17 |
| Faltas | 0,76% | | | R\$ 11,27 |
| TOTAL GRUPO C | 12,56% | | | R\$ 186,26 |
| GRUPO D | | | | |
| Incidência dos encargos de A sobre B | 8,20% | | | R\$ 121,61 |
| Reincidência de Grupo A sobre aviso prévio Indenizado | 1,50% | | | R\$ 22,25 |
| TOTAL GRUPO D | 9,70% | | | R\$ 143,85 |
| TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS | 81,35% | | | R\$ 1.206,42 |

| BENEFÍCIOS | | | | |
|--|------------|----------------|------------|----------------------|
| Descrição | Quantidade | Valor unitário | Valor mês | Total |
| Uniformes e EPIs para o supervisor | 1 | R\$ 57,92 | R\$ 57,92 | R\$ 57,92 |
| Auxílio refeição R\$ (16,73 - 19%) | 22 | R\$ 13,55 | R\$ 298,10 | R\$ 298,10 |
| Plano de benefício familiar | 1 | R\$ 15,02 | R\$ 15,02 | R\$ 15,02 |
| Medicina e Segurança do Trabalho | 1 | R\$ 12,00 | R\$ 12,00 | R\$ 12,00 |
| Seguro de Vida | 1 | R\$ 45,00 | R\$ 45,00 | R\$ 45,00 |
| Transporte para o encarregado (R\$ 4,50 * 44 unid = R\$ 198,00 - R\$ 88,98 (6% s/ salário) = R\$ 88,98 | 22 | R\$ 4,50 | R\$ 44,49 | R\$ 44,49 |
| TOTAL BENEFÍCIOS | | | | R\$ 472,53 |
| TOTAL DE SALÁRIOS + ENCARGOS + BENEFÍCIOS PARA FUNÇÃO DE SUPERVISOR | | | | R\$ 3.161,95 |
| TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS + BENEFÍCIOS PARA TODOS OS TRABALHADORES | | | | R\$ 18.152,55 |

| 2. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS | | | | |
|---|------------|------------|------------------|-----------------|
| 2.1 Depreciação do chassi e caçamba | | | | |
| Descrição | Unidade | Quantidade | Custo unitário | Subtotal |
| Custo de aquisição do chassi e caçamba | unidade | 1 | 338.990,00 | 338.990,00 |
| Vida útil | anos | 10 | | |
| Idade do veículo | anos | 0 | | |
| Depreciação | % | 0,10 | 338.990,00 | 33.899,00 |
| Depreciação mensal do veículo | mês | 12 | 33.899,00 | 2.824,92 |
| 2.1.2 Depreciação do triturador | | | | |
| Custo de aquisição do triturador | unidade | 1 | 126.792,99 | 126.792,99 |
| Vida útil | anos | 5 | | |
| Idade do triturador | anos | 0 | | |
| Depreciação | % | 0,15 | 126.792,99 | 19.018,95 |
| Depreciação mensal do triturador | mês | 12 | 19.018,95 | 1.584,91 |
| TOTAL DEPRECIÇÃO | | | | 4.409,83 |

| 2.2 Remuneração de capital do caçamba/mês | | | | |
|---|---------------|----------------|----------------------|----------------------|
| Discriminação | Unidade | Quantidade | Custo unitário | Subtotal |
| Custo de aquisição do chassi e caçamba | unidade | 1 | R\$ 338.990,00 | R\$ 338.990,00 |
| Taxa de juros anual nominal | % | 5,25 | | |
| Valor do veículo proposto (V0) | R\$ | R\$ 338.990,00 | | |
| Investimento médio total do chassi | R\$ | 0,00 | | |
| Remuneração de capital mensal | R\$ | 12 | R\$ 17.796,98 | R\$ 1.483,08 |
| 2.2.1 Remuneração de capital do triturador | | | | |
| Custo de aquisição do triturador | unidade | 1 | R\$ 126.792,99 | R\$ 126.792,99 |
| Taxa de juros anual nominal | % | 5,25 | | |
| Valor do triturador proposto (V0) | R\$ | R\$ 126.792,99 | | |
| Investimento médio total do triturador | R\$ | | | |
| Remuneração de capital mensal | mês | 12 | R\$ 6.656,63 | R\$ 554,72 |
| TOTAL DA REMUNERAÇÃO DE CAPITAL | | | | R\$ 2.037,80 |
| 2.3. IMPOSTOS E SEGUROS | | | | |
| Descrição | Unidade | Quantidade | Valor unitário | Total |
| IPVA | unidade | 1 | R\$ 4.657,83 | R\$ 4.657,83 |
| Licenciamento e seguro obrigatório | unidade | 1 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Seguros | unidade | 1 | R\$ 3.750,00 | R\$ 3.750,00 |
| Impostos e seguros mensais | mês | 12 | R\$ 8.407,83 | R\$ 700,65 |
| 2.4. CONSUMOS | | | | |
| Quilometragem mensal | 2.400 | | | |
| Nº de horas mensais do triturador em funcionamento | 200 | | | |
| Discriminação | Unidade | Quantidade | Custo unitário | Total |
| Custo do óleo diesel do triturador | l/hrs | 13 | R\$ 4,57 | R\$ 59,41 |
| Custo de óleo diesel / km rodado | km/l | 6,40 | 0,714 | R\$ 4,57 |
| Custo mensal com óleo diesel | km | 2.400 | R\$ 1.713,75 | R\$ 1.713,75 |
| Custo de óleo do motor /1.000 km rodados | l/1.000 km | 6,00 | 13,94 | R\$ 83,64 |
| Custo mensal com óleo do motor | km | 2.400 | 0,084 | R\$ 201,60 |
| Custo de óleo da transmissão /1.000 km | l/1.000 km | 0,85 | 20,23 | R\$ 17,19 |
| Custo mensal com óleo da transmissão | km | 2.400 | 105,196 | R\$ 252,47 |
| Custo de óleo hidráulico / 1.000 km | l/1.000 km | 4,00 | 19,66 | R\$ 78,64 |
| Custo mensal com óleo hidráulico | km | 2.400 | 0,043 | R\$ 103,56 |
| Custo de graxa /1.000 km rodados | kg/1.000 km | 16,00 | 9,25 | R\$ 148,00 |
| Custo mensal com graxa | km | 2.400 | 0,148 | R\$ 355,20 |
| Custo com consumos/km rodado | R\$/km rodado | | R\$ 0,91 | |
| TOTAL DE CONSUMO MENSAL | | | | R\$ 14.531,66 |
| 2.5 MANUTENÇÃO | | | | |
| Discriminação | Unidade | Quantidade | Custo unitário | Total |
| Custo de manutenção do caminhão | R\$/km rodado | 2.400 | 0,24 | R\$ 576,00 |
| Custo de manutenção do triturador (afiação, e troca de facas do sistema de corte, correias,) | | | | R\$ 873,00 |
| TOTAL DE MANUTENÇÃO MENSAL | | | | 1.449,00 |

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

| 2.6 Pneus | | | | |
|---|---------------|-----------------|-----------------|----------------------|
| Discriminação | Unidade | Quantidade | Custo unitário | Total |
| Custo do jogo de pneus 275/80 R22,5 | unidade | 6 | 1.861,90 | 11.171,40 |
| Número de recapagens por pneu | unidade | 1 | | |
| Custo de recapagem | unidade | 0,00 | 267,00 | 0,00 |
| Custo jg. compl. + X recap./ km rodado | km/jogo | 40.000 | 11.171,40 | 0,28 |
| Custo mensal com pneus | km | 2.400 | 0,28 | R\$ 670,28 |
| TOTAL DE CUSTO MENSAL COM PNEUS | | | | R\$ 670,28 |
| 2.7 INSUMOS | | | | |
| Discriminação | Quantidade | Valor Aquisição | Vida Útil meses | Valor mensal |
| Vassouras para varrição | 1 | R\$ 80,00 | 2 | R\$ 40,00 |
| Motosserra/combustível/manutenção/afiação | 1 | R\$ 1.433,00 | 12 | R\$ 119,42 |
| Foice | 1 | R\$ 38,00 | 3 | R\$ 12,67 |
| Soprador | 1 | R\$ 679,00 | 12 | R\$ 56,58 |
| Forcado | 1 | R\$ 17,00 | 3 | R\$ 5,67 |
| Pá para Coleta de Resíduos | 1 | R\$ 26,95 | 3 | R\$ 8,98 |
| enxada | 1 | R\$ 49,00 | 3 | R\$ 16,33 |
| TOTAL CUSTO MENSAL DE INSUMOS | | | | R\$ 259,65 |
| TOTAL CUSTO VEÍCULO DE APOIO | | | | R\$ 0,00 |
| Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R\$/mês) | | | | R\$ 33.249,13 |
| CUSTO TOTAL MENSAL COM PESSOAL/VEÍCULO/EQUIPAMENTOS (R\$/mês) | | | | R\$ 51.401,68 |
| 4. CUSTO MENSAL COM BDI (R\$/mês) | | | | |
| Despesas administrativas (Contador, responsável técnico, técnico em segurança do trabalho, galpão, água, luz, telefone) | 3,00% | | | R\$ 1.542,05 |
| Lucro | 4,00% | | | R\$ 2.056,07 |
| ISS | 2,50% | | | R\$ 1.285,04 |
| PIS | 0,65% | | | R\$ 334,11 |
| COFINS | 3,00% | | | R\$ 1.542,05 |
| IR | 4,80% | | | R\$ 2.467,28 |
| CSSL | 2,88% | | | R\$ 1.480,37 |
| Total | 20,83% | | | R\$ 10.706,97 |
| PREÇO MENSAL TOTAL (R\$/mês) | | | | R\$ 62.108,65 |
| CUSTO MENSAL | HORA | 200 | | R\$ 310,54 |